



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIV — Nº 062

QUINTA-FEIRA, 7 DE JUNHO DE 1979

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 105^a SESSÃO CONJUNTA, EM 6 DE JUNHO DE 1979

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FEU ROSA — Comportamento do General Figueiredo no exercício da Presidência da República.

DEPUTADO DEL BOSCO AMARAL — Projeto de lei que apresentará, modificando os Fundos de Investimentos Setoriais, disciplinando recursos para preservação do meio ambiente de áreas industrializadas.

DEPUTADO VIVALDO FROTA — Reparos à exposição do Presidente da ELETROBRAS, pela qual sugere a utilização de carvão-vapor, em vez dos recursos hidrelétricos, para as Usinas de Balbina e Samuel, na Amazônia Ocidental.

DEPUTADO MÁRIO FROTA — Críticas ao modelo de desenvolvimento brasileiro.

DEPUTADO CANTÍDIO SAMPAIO — Reparos ao discurso de seu antecessor na tribuna.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.2.3 — Ofício

De Presidente de Comissão Mista do Congresso Nacional, solicitando prorrogação de prazo concedido àquele órgão para emissão de seu parecer. Deferido.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 26/79-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.671, de 14 de fevereiro de 1979, que reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Órgãos Auxiliares da Justiça de Primeira Instância do Distrito Federal e dos Territórios. Aprovado. À promulgação.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 31/79-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.670, de 14 de fevereiro de 1979, que reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Aprovado. À promulgação.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 32/79-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.673, de 19 de fevereiro de 1979, que reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias dos Tribunais do Trabalho, e dá outras providências. Aprovado, após usar da palavra o Sr. Cantídio Sampaio. À promulgação.

1.4 — ENCERRAMENTO.

ATA DA 105^a SESSÃO CONJUNTA, EM 6 DE JUNHO DE 1979

Ia Sessão Legislativa Ordinária, da 9^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. GABRIEL HERMES

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guiomard — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Aloisio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo

Badaró — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Gastão Müller — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — MDB; Amilcar de Queiroz — ARENA; Geraldo Fleming — MDB; Nabor Júnior — MDB; Nossa Almeida — ARENA; Wildy Vianna — ARENA.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO
Diretor Industrial

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 200,00
Ano	Cr\$ 400,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 800,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00

Tiragem: 3.500 exemplares

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Josué de Souza — ARENA; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Ubaldino Meirelles — ARENA; Vivaldo Frota — ARENA.

Pará

Antônio Amaral — ARENA; Brabo de Carvalho — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Lúcia Viveiros — MDB; Manoel Ribeiro — ARENA; Nélvio Lobato — MDB; Osvaldo Melo — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Edison Lobão — ARENA; Edson Vidigal — ARENA; Epitácio Cafeteira — MDB; Freitas Diniz — MDB; João Alberto — ARENA; José Ribeiro Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Nagib Haickel — ARENA; Victor Trovão — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Carlos Augusto — ARENA; Correia Lima — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; Joel Ribeiro — ARENA; Ludgero Raulino — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Adauto Bezerra — ARENA; Antônio Morais — MDB; Cesário Barreto — ARENA; Cláudio Sales — ARENA; Cláudio Philomeno — ARENA; Evandro Ayres de Moura — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Haroldo Sanford — ARENA; Iranildo Pereira — MDB; Leorne Belém — ARENA; Manoel Gonçalves — MDB; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Lustosa — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Carlos Alberto — MDB; Djalma Marinho — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; João Faustino — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Carneiro Arnaud — MDB; Ernani Satyro — ARENA; Joacil Pereira — ARENA; Octacilio Queiroz — MDB; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Augusto Lucena — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Cristina Tavares — MDB; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; João Carlos de Carli — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; José Carlos Vasconcelos — MDB; José Men-

donça Bezerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Marcus Cunha — MDB; Nilson Gibson — ARENA; Oswaldo Coelho — ARENA; Pedro Corrêa — ARENA; Ricardo Fiúza — ARENA; Roberto Freire — MDB; Sérgio Murilo — MDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — ARENA; Antônio Ferreira — ARENA; Divaldo Suruagy — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Costa — MDB; Mendonça Neto — MDB; Murilo Mendes — ARENA.

Sergipe

Adroaldo Campos — ARENA; Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Jackson Barreto — MDB; Raymundo Diniz — ARENA; Tertuliano Azevedo — MDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Ângelo Magalhães — ARENA; Carlos Sant'Anna — ARENA; Djalma Bessa — ARENA; Elquisson Soares — MDB; Fernando Magalhães — ARENA; Francisco Benjamin — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Henrique Brito — ARENA; Hildércio Oliveira — MDB; Honório Vianna — ARENA; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; Jorge Vianna — MDB; José Amorim — ARENA; José Penedo — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Marcelo Cordeiro — MDB; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Raimundo Urbano — MDB; Rogério Rego — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Roque Aras — MDB; Ruy Bacelar — ARENA; Stoessel Dourado — ARENA; Ubaldo Dantas — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Belmiro Teixeira — ARENA; Feu Rosa — ARENA; Gerson Camata — ARENA; Luiz Baptista — MDB; Mário Moreira — MDB; Max Mauro — MDB; Theodorico Ferreira — ARENA; Walter de Prá — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amâncio de Azevedo — MDB; Benjamim Farah — MDB; Célio Borja — ARENA; Celso Pecanha — MDB; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Délio dos Santos — MDB; Edison Khair — MDB; Felipe Penna — MDB; Florim Coutinho — MDB; Hidekel Freitas — ARENA; Joel Lima — MDB; Joel Vivas — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Jorge Cury — MDB; Jorge Gama — MDB; José Frejat — MDB; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Torres — MDB; Lázaro Carvalho — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcello Cerqueira — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Márcio Macedo — MDB; Miro Teixeira — MDB; Modesto da Silveira — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Paulo Rattes — MDB; Paulo Torres — ARENA; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Péricles Gonçalves — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Saramago Pinheiro — ARENA; Simão Sessim — ARENA; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Antônio Dias — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Bonifácio de Andrada — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Castejon Branco — ARENA; Christovam Chiaradia — ARENA; Darío Tavares — ARENA; Delson Scarano — ARENA; Edgard Amorim — MDB; Edilson Lamartine — ARENA; Fued Dib — MDB; Genival Tourinho — MDB; Hélio Garcia — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Cunha — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Herculino — MDB; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Carlos Fagundes — ARENA; Juarez Batista — MDB; Júnia Marise — MDB; Leopoldo Bessone — MDB; Luiz Bacarini — MDB; Luiz Leal — MDB; Magalhães Pinto — ARENA; Melo Freire — ARENA; Moacir Lopes — ARENA; Navarro Vieira Filho — ARENA; Newton Cardoso — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Pimenta da Veiga — MDB; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Ronan Tito — MDB; Rosemberg Romano — MDB; Sérgio Ferrara — MDB; Silvio Abreu Jr. — MDB; Tarcisio Delgado — MDB; Telêmaco Pompei — ARENA; Vicente Guabiroba — ARENA.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Alberto Goldman — MDB; Antônio Morimoto — ARENA; Antônio Russo — MDB; Antônio Zacharias — MDB; Athiê Coury — MDB; Audálio Dantas — MDB; Aurélio Peres — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Benedito Marcelio — MDB; Bezerra de Melo — ARENA; Caio Pompeu — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso Alves — MDB; Cardoso de Almeida — ARENA; Carlos Nelson — MDB; Del Bosco Amaral — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Erasmo Dias — ARENA; Flávio Chaves — MDB; Francisco Leão — MDB; Francisco Rossi — ARENA; Freitas Nobre — MDB; Glória Júnior — ARENA; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Horácio Ortiz — MDB; Israel Dias-Novaes — MDB; Jayro Maltoni — MDB; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José de Castro Coimbra — MDB; Maluly Netto — ARENA; Mário Hato — MDB; Natal Gale — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Ralph Biasi — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Côdo — MDB; Ruy Silva — ARENA; Salvador Julianelli — ARENA; Samir Achoa — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Tidei de Lima — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Valter Garcia — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Anísio de Souza — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Francisco Castro — ARENA; Genésio de Barros — ARENA; Hélio Levy — ARENA; Iram Saraiva — MDB; Iturival Nascimento — MDB; Jamel Cecílio — ARENA; José Freire — MDB; Paulo Borges — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Astro Stefanini — ARENA; Bento Lobo — ARENA; Carlos Bezzera — MDB; Cristina Cortes — ARENA; Gilson de Barros — MDB; Júlio Campos — ARENA; Lourenço Nunes Rocha — ARENA; Milton Figueiredo — ARENA.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — MDB; Leite Schmidt — ARENA; Levy Dias — ARENA; Rubem Figueiró — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adolpho Franco — ARENA; Adriano Valente — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Amadeu Gera — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Mazurek — ARENA; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kiffuri — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Borges da Silveira — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Ernesto Dall'Oglio — MDB; Euclides Scalco — MDB; Heitor Alencar Furtado — MDB; Hélio Duque — MDB; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; Lúcio Cioni — ARENA; Mário Stamm — ARENA; Maurício Fruet — MDB; Niwaldo Kruger — MDB; Norton Macedo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Macedo — MDB; Paulo Marques — MDB; Paulo Pimentel

— ARENA; Pedro Sampaio — ARENA; Roberto Galvani — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Vilela de Magalhães — ARENA; Walber Guimarães — MDB; Waldmir Belinati — MDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Arnaldo Schmit — ARENA; Artenir Werner — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Evaldo Amaral — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; João Linhares — ARENA; Juarez Furtado — MDB; Luis Cechinel — MDB; Mendes de Melo — MDB; Nelson Morro — ARENA; Pedro Colim — ARENA; Pedro Ivo — MDB; Victor Fontana — ARENA; Walmor de Luca — MDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alcebiades de Oliveira — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluízio Paraguassu — MDB; Cardoso Fregapani — MDB; Carlos Santos — MDB; Cid Furtado — ARENA; Cláudio Strassburger — ARENA; Darcy Pozza — ARENA; Eloar Guazzelli — MDB; Elov Lenzi — MDB; Emídio Perondi — ARENA; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Hugo Mardini — ARENA; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; Júlio Costamilan — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Odacir Klein — MDB; Pedro Germano — ARENA; Rosa Flores — MDB; Telmo Kirst — ARENA; Túlio Barcelos — ARENA; Waldir Walter — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB; Paulo Guerra — ARENA.

Rondônia

Isaac Newton — ARENA; Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA; Júlio Martins — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — As listas de presença acumulam o comparecimento de 65 Srs. Senadores e 414 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (ARENA — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Constantemente somos surpreendidos, na leitura dos jornais, pelas manchetes, pelo que se diz por aí, sobre uma grave crise em que se encontra o nosso País, e que poderá trazer as mais terríveis e inesperadas consequências.

Mas, raciocinando sobre o assunto, ficamos a pensar: crise por quê? Crise pelas estruturas? Crise pela instituição? Crise pelos salários? Crise pela moeda? Crise pelo câmbio? Crise pelo comércio internacional? Pela importação e exportação? Pelo balanço de pagamentos? Crise pelo crédito? Crise pela moral? Nada. Nada disso parece que afeta o *grand bonheur* de alguns políticos. Por isso, cada dia mais estão eles afastados ou, pior do que afastados, estão divorciados do povo.

O povo, apático e desencantado, assiste a essas críticas que, absolutamente, não melhoram sua vida em nada, em coisa alguma; nem na alimentação, nem na saúde, nem na educação, nem na habitação, nem nos salários, nem no pleno emprego. Em nada mesmo.

A crise, segundo anunciam as clarinadas dos eternos pregoeiros de desgraças, estaria na necessidade de uma nova Constituição, na revogação de Leis e decretos-leis, na premência da extinção dos partidos políticos e da criação de novos estatutos legais.

Isso tudo, como não poderia deixar de ser, desencanta ainda mais o povo brasileiro, que está preocupado, sobretudo, com a melhoria de suas condições de vida.

Já está provado sobejamente que o progresso e o desenvolvimento não dependem de regime político de espécie alguma. Muitos países têm crescido e enriquecido no capitalismo ou no comunismo; na ditadura ou na democracia; na monarquia ou no presidencialismo; na aristocracia ou na república; sob a tutela de um governante civil, ou sob o braço forte de um militar autoritário. Isso se observa na História do Mundo, pelo estudo da experiência de todos os povos, através dos tempos.

Na Idade Média vamos encontrar os assim designados como "despótias esclarecidos", que, tiranos e implacáveis, souberam, no entanto, cuidar dos

destinos de seus povos, e da melhoria de suas condições de vida. Apesar de terem assumido o poder pelo "direito de nascença", lutaram e se sacrificaram pela sua pátria, numa época em que tantos outros só queriam o poder para desfrutar de seus gozos e prazeres.

Por outro lado, temos tido presidentes, eleitos pelo povo, que empolgaram os ideais de uma Nação em memoráveis pleitos, e que, no Governo, se mostraram sem espírito público algum, insensíveis e indiferentes à sorte de sua Pátria, largando-a mergulhada no caos e na anarquia, refugiando-se tranquilamente em país estrangeiro, para viverem às custas dos dólares transferidos ilicitamente.

E isso tudo que os brasileiros sentem, percebem na intimidade dos seus pensamentos. Muitas vezes não sabem definir. Mas no íntimo compreendem. E é por isso que ficam todos perplexos com o lançamento de teses esdrúxulas e dissociadas da realidade, que não emocionam ninguém. Daí vêm as críticas de que somos um povo "apolítico" ou sem "sensibilidade política".

O fato é que, nesse jogo mais de sabidos do que de sábios, em que se transformou a vida política nacional, ninguém fala aquilo que o povo quer ouvir — ou seja, a necessidade da melhoria de suas condições de vida.

Quem se mostra efetivamente preocupado com o problema do desenvolvimento, que, em última análise, é o único e verdadeiro problema do País, é o Governo. Ainda agora, em oportuno pronunciamento, o Presidente João Baptista Figueiredo deu uma demonstração cabal da preocupação do seu Governo para com o verdadeiro problema nacional: o desenvolvimento econômico. Exibiu os êxitos alcançados na administração do grande Presidente Geisel e manifestou o firme propósito de prosseguir nas metas traçadas.

Já no Governo Geisel, que podemos dizer foi um dos melhores Presidentes da República que este País já teve, as endemias rurais foram atacadas incessantemente, sendo que a malária está quase que totalmente erradicada; foi feito e vem sendo feito ainda um esforço orçamentário quase que sobre-humano para a solução do problema da energia; para a integração da Amazônia, com a construção de estradas e pólos de desenvolvimento. Finalmente, ressalte-se o novo estágio de nossas relações exteriores.

A par disso, o mais notável é que nada se faz em nome pessoal. Não se procura identificar esse notável trabalho com a figura de um homem — Geisel ou Figueiredo. Ao contrário, diz-se e repete-se que isso é fruto do esforço heróico de um povo.

Enfim, enquanto um lado fala com muitos adjetivos e poucos substantivos, o Presidente Figueiredo age, atua, trabalha silenciosa e incessantemente, dando plena continuidade à notável obra encetada pelo seu antecessor.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Del Bosco Amaral.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (MDB — SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A política de incentivos fiscais do Governo foi transformada, alguns anos atrás, no chamado Fundo de Investimento Setorial — FISET. Ocorre que, em algumas regiões industrializadas do País, uma série de empresas têm serviços e organização industrial considerados pela Secretaria do Meio Ambiente como altamente poluentes. Esses Fundos de Investimentos Setoriais poderiam ser modificados, e por legislação do próprio Congresso Nacional, com a criação de um órgão que denominaríamos FISEMA — Fundo de Investimento Setorial do Meio Ambiente. Esse projeto, que apresentaremos brevemente na Câmara Federal, objetivará que os recursos do FISET, relativos às empresas consideradas pela Secretaria do Meio Ambiente como poluentes, sejam revertidos na proporção de 80% do seu montante para este FISEMA — Fundo de Investimento Setorial do Meio Ambiente e os reinvestimentos decorram em benefício de filtros antipoluentes e instrumental que acabe ou ao menos minore a poluição das localidades atingidas.

Dou como exemplo a cidade de Cubatão, no Estado de São Paulo, talvez hoje, consideradas as proporções do Município, o maior Centro Fabril deste País. As indústrias lá sediadas, consideradas poluentes, a exemplo da Ultrafertil, Cosipa, Refinaria Presidente Bernardes, ao invés de aplicarem no FISET os seus recursos, passariam a encaminhar 80% do que lhes é permitido pela legislação, diretamente para o FISEMA — Fundo de Investimento Setorial do Meio Ambiente, com uma aplicação obrigatória para o controle da poluição. Esse projeto é constitucional porque não cria despesas. É, simplesmente, uma nova locação de recursos. Nós desviariamos a aplicação dos recursos do FISET para o controle da poluição em áreas industrializadas.

Esse projeto que estamos anunciando, hoje, ao Congresso Nacional, está sendo elaborado com uma ampla justificação. Não se trata de desviar recursos tributários das áreas mais carentes do País, porque mesmo essas áreas industrializadas do grande São Paulo, de Pernambuco, da Bahia, da Baixada Santista, ainda no Estado de São Paulo, em Santa Catarina, enfim, em vários setores industrializados do País, esses recursos estariam, também, beneficiando brasileiros que vêm de todos os rincões da Pátria. A criação de um Fundo de Investimento Setorial do Meio Ambiente é uma necessidade evidente, porque hoje a poluição inscreve-se entre as grandes preocupações do Governo.

O projeto que vamos apresentar brevemente, terá uma fundamentação técnica. Não tem caráter partidário, pois se trata de uma decisão do Governo Nacional, sob alocação de recursos. O Fundo de Investimento Setorial do Meio Ambiente transformar-se-á em uma realidade a partir do momento em que, em caráter de prioridade, o Governo aceite o projeto que vamos apresentar aos Congressistas.

Desta forma, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, aproveitando este espaço destinado às breves comunicações, venho falar sobre um projeto que não é político, mas eminentemente técnico, e será brevemente submetido à apreciação de V. Ex's.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Vivaldo Frota.

O SR. VIVALDO FROTA (ARENA — AM) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A construção das Hidrelétricas de Balbina e Samuel representa para nós, da Amazônia Ocidental, um sonho de grandeza e de emancipação econômica.

Qualquer ato ou iniciativa visando a paralisar ou obstruir a concretização desse sonho acarretará, de imediato, eloquentes protestos e veementes repulsa.

Por isso, quando tomamos conhecimentos da Exposição de Motivos encaminhada pelo Presidente da ELETROBRAS, Sr. Mauricio Schulman, ao Ministro Cesar Cals, das Minas e Energia, sugerindo a transformação das Hidrelétricas em Usinas movidas a carvão extraído de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foi como se uma grande catástrofe desabasse sobre nós.

As Hidrelétricas de Balbina e Samuel têm para nós, da Amazônia Ocidental, a mesma importância que Itaipu tem para os habitantes da região sul.

As justificativas apresentadas pelo Sr. Mauricio Schulman para conseguir a grosseira transformação das Hidrelétricas por Usinas movidas a carvão não convence ao mais desavisado dos brasileiros. E o que é pior, deixa margem a muitas suposições duvidosas.

Nas entrelinhas da Exposição de Motivos, fácil é compreender que o Presidente da ELETROBRAS, o que pretende mesmo, é transformar as cidades de Manaus, Rio Branco, Porto Velho e Boa Vista em depósitos de sucatas de velhas usinas, superadas por modernas Hidrelétricas. Sim, porque se entende o Sr. Mauricio Schulman que o carvão gerará na Amazônia energia mais barata do que a que seria produzida por Balbina e Samuel, como explicar-se que em Santa Catarina, onde estão localizadas as jazidas de carvão, vão substituir as usinas movidas por esse minério, pela energia de Itaipu?

E ele mesmo que afirma: "Pode-se prever hoje que a utilização intensa de Jorge Lacerda" — usina a carvão, em Santa Catarina — "perdurará por mais algum tempo, até a disponibilidade plena da energia de Itaipu, quando sua utilização será reduzida".

Tão incongruentes são os argumentos do Presidente da ELETROBRAS, que não argumenta a substituição de Balbina e Samuel, como medidas de melhor tecnologia, ou de economia para a nação, mas, por incrível que pareça, negando a existência de recursos hidrelétricos a desenvolver e com o objetivo de aproveitar o carvão vapor que sobrará da indústria siderúrgica, daquele Estado.

É trecho da sua exposição:

"Existindo a conveniência de uso do carvão de Santa Catarina na indústria siderúrgica e gerando esta exploração um volume razoável de carvão vapor, surge o interesse de que este carvão vapor seja aproveitado para a geração de energia elétrica, apesar de não ser competitivo com fontes hidrelétricas disponíveis"...

Não é preciso ser técnico, para demonstrar a improcedência e inviabilidade da idéia do Sr. Mauricio Schulman.

Pequenos argumentos, do conhecimento de qualquer leigo, são suficientes para suínar a esdrúxula pretensão.

1. A precariedade do sistema de transporte fluvial, pondo em risco o funcionamento das Usinas, por falta de matéria-prima;

2. A perda do potencial hidráulico existente na região (rios Uatumã e Jamari), pela desativação das Hidrelétricas de Balbina e Samuel, para a implantação de Usinas movidas a carvão;

3. A transitoriedade do processo energético gerado pelo carvão mineral.

4. O prejuízo que acarretará a perda dos serviços já executados, como sejam: o projeto básico executado por ENGE—Rio/MONASA, previsto para ser completado neste mês de junho de 1979; a estrada de acesso ao local das obras, partindo da BR—174 (Manaus—Caracaraí), com 76 km de extensão, inteiramente aberta e a Vila pioneira, com alojamentos coletivos e casas de visitas, para o pessoal da empresa construtora;

5. O tempo que levará para redimensionar o novo sistema, será irrecuperável e acarretará incalculáveis prejuízos ao desenvolvimento da região;

6. A escassez da mão-de-obra especializada local, pelo desconhecimento do processo, e a obrigatoriedade da importação de mão-de-obra do sul, com o ônus do transporte, alocação e adaptação do homem ao sul, no Norte do País;

7. O retrocesso tecnológico a que seremos obrigados, transferidos para a era do carvão mineral, quando as grandes civilizações já se iniciam na geração de energia solar e até nuclear.

Por tudo isso, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, lançamos daqui o nosso mais veemente protesto contra essa abominável violência, produto exclusivo da incompetência e falta de patriotismo do Sr. Maurício Schulman, Presidente da ELETROBRAS, e apelamos mais uma vez ao Ministro Cesar Cals, das Minas e Energia, e ao Presidente João Baptista Figueiredo, para que impeçam esse crime que se pretende perpetrar contra o desenvolvimento da Amazônia Ocidental, justamente agora, quando para ela se voltam todas as atenções do mundo, na busca da exploração e do aproveitamento do potencial madeireiro e das riquezas que se agasalam no seu subsolo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Mário Frota.

O SR. MÁRIO FROTA (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso):

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não é difícil alguém detectar as principais causas que levaram este País à situação desesperadora em que se encontra, hoje.

A cada ano que passa, mais tende a aumentar a nossa já fantástica e impagável dívida externa. Devemos ao exterior 43,5 bilhões de dólares. Estamos pagando, em razão dessa dívida astronômica, 7,9 bilhões de dólares por ano de juros e amortizações. Ao preço atual, estamos importando por ano aproximadamente 7 bilhões de dólares, somente de petróleo. Este ano, se tudo der certo, deveremos exportar 13 bilhões de dólares. Haverá portanto, segundo alguns economistas, necessidade de endividamento adicional na ordem de 9 bilhões de dólares por ano.

Ainda para completar o quadro desalentador, temos que colocar em cima de tudo isso os 35 bilhões de dólares do projeto nuclear brasileiro, uma espécie de "conto do vigário" em que caímos, e que vai acabar de exaurir a já tão sacrificada Nação brasileira.

E digo isso, Sr. Presidente, porque acredito que o momento não é para se fazer orgias com os dinheiros públicos. Basta o derramamento que foi feito em projetos faraônicos e santuários, a exemplo da Transamazônica, hoje entregue aos caprichos da erosão, e a pomposa e desnecessária ponte Rio-Niterói, que em quase nada veio melhorar a qualidade de vida das populações daquelas duas cidades. O Brasil é um País pobre com mania de rico. Tudo aqui tem que ser maior e melhor do que o existente nos demais países. Essa megalomania tem nos levado às extravagâncias que conhecemos tão bem e, a não ser pelo lado da irresponsabilidade administrativa, não conseguimos encontrar uma explicação racional para tanta estultícia e loucura. E é de se indagar: por que essa mania de suntuosidade? Para impressionar os que nos visitam? Uma forma de tentar convencer às demais nações de que aqui não temos miséria e que este é um País feliz? Tudo nos leva a crer que sim. Os governos da chamada revolução desejam mostrar uma realidade que não existe aos que nos visitam, pensando talvez que, com isso, o Brasil possa vir a ter uma imagem diferente no exterior da que possui agora. No entanto, tal atitude é como tentar "cobrir o sol com uma peneira", haja vista que o Brasil de hoje não é essa beleza colorida que a propaganda oficial tenta nos impingir pela televisão. O Brasil contemporâneo é o dos grandes bolsões de

miséria do nordeste, das favelas dos centros urbanos, onde milhões de brasileiros vivem entregues à própria sorte. No Brasil de hoje, 35% da população produtiva não chegam a ganhar o salário mínimo estabelecido no País e apenas uma insignificante parcela da população vive nababescamente, em detrimento de uma esmagadora maioria que vive muito mal. A vergonha dessa imagem que chegou ao exterior não pode recair no povo que vive oprimido pelo arbitrio, mas nos atuais detentores do poder, que administram este País como se fosse propriedade sua.

No entanto, ainda para afrontar ainda mais esse povo sofrido e escamoteado, lá, ontem, Sr. Presidente, em o jornal *Folha de S. Paulo*, que o Governo gastou na construção da nova sede, aqui em Brasília, do Banco Central, 1 bilhão e duzentos milhões de cruzeiros, e em imóveis aproximadamente 100 milhões. A impressão que tenho quando vejo toda essa suntuosidade é de que o Governo brasileiro tem em mente rivalizar em obras com os faraós construtores das pirâmides. Mas não fica só aí; vejamos o comentário daquele jornal paulista sobre a construção da monumental obra, com o título "Um luxo só":

"Quem tiver o privilégio de visitar repartições públicas na Europa ou nos Estados Unidos, verificará, entre outras coisas, que o luxo não faz parte do rol das preocupações das autoridades locais. Elas estão muito mais preocupadas com a eficiência, do que com a aparência."

No Brasil, a ordem é inversa. Veja-se, por exemplo, o caso do novo edifício-sede do Banco Central, em Brasília, que será inaugurado hoje. Todos os móveis espalhados por seus 21 andares são novos em folha, combinando com a moderna arquitetura do prédio.

As mesas, cadeiras, poltronas e outros utensílios que o Banco tem hoje distribuídos em seus outros prédios de Brasília — onde funcionavam até então suas repartições — serão devidamente recolhidos ao depósito das coisas inúteis, apesar de seminovos e, o que é pior, de ter custado muito caro aos cofres da Nação. Vão ser substituídos por móveis novos, adquiridos, ao que se comenta na capital, pela bagatela de 100 milhões de cruzeiros."

O que nos dói é vermos esse desperdício na construção de verdadeiras babilônias enquanto a Amazônia vai entrar no terceiro milênio tão subdesenvolvida como se encontra atualmente. A quem vamos culpar por tanto desatino administrativo? Ao povo, que nem longe participa da vida nacional? ao Papa? Ou aos Governos militares que, após o golpe militar de 1964, juraram transformar esse País em uma nação decente onde as pessoas pudessem viver condignamente como seres humanos? Essa pergunta poderia ser respondida pelo atual dono do Poder, o General João Baptista Figueiredo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cândido Sampaio.

O SR. CÂNDIDO SAMPAIO (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Apenas para tecer algumas considerações acerca do brilhante discurso que vem de ser pronunciado pelo eminentíssimo Deputado Mário Frota.

S. Ex^e faz uma análise quase geral da política brasileira, condensa o nosso endividamento. Se o endividamento fosse realmente considerado fora do contexto de nossa economia, poderia merecer as críticas de S. Ex^e. Mas S. Ex^e deve saber que esse endividamento primeiro contempla dívida das nossas empresas privadas que trazem, principalmente do exterior, recursos para se implantarem, aqui, investimentos que aumentam nossa riqueza e incrementam o mercado de trabalho.

É mais do que claro, Sr. Presidente, que só deve quem pode. Quem não pode não consegue dever, porque ninguém lhe empresta. Enquanto os credores internacionais estiverem emprestando para o Brasil, e até instando para que recebamos empréstimos, é sinal evidente e manifesto de que a Nação brasileira tem condições de pagar suas dívidas e está prosperando a olhos vistos, a despeito do pessimismo e do niilismo injustificável de certos brasileiros que, parece, se cegaram à nossa realidade.

Sr. Presidente, eu aceito críticas objetivas, honestas, sinceras e construtivas. Também não acho, Sr. Presidente, certos procedimentos nababescos, como o que vem de ser referido por S. Ex^e, o prédios monumentais para Bancos Centrais ou coisa que o valha, e até aqui nesta Casa, em relação a que há tanto silêncio, obras às vezes desnecessárias. Por exemplo, estamos vendendo aqui ao nosso lado um anexo para nossos escritórios, quando temos centenas de escritórios que não sei para que servirão daqui para frente. Sabemos muito bem que o preço do anexo para nossos escritórios é mais ou menos o preço que irá custar ao Banco Central, que eu considero uma obra também nababesca.

Sr. Presidente, apenas estas palavras, eu não creio que mereçam críticas coisas que foram feitas neste País e que tenham sentido patriótico dos mais marcantes. Um Deputado da Amazônia não pode vir falar da Transamazônica. Isto é quase um crime de lesa-majestade, porque esta obra tem um sentido desbravador, marca nossa posse daquela terra magnífica que constitui cerca de mais da metade do Território Brasileiro. Lá está a Transamazônica servindo, em primeiro lugar, para marcar objetivamente a posse da Amazônia e servindo para desenvolver aquela região, tanto quanto a Belém-Brasília serviu para desbravar-a no sentido vertical.

Sr. Presidente, apenas estas observações para que não passe sem reparos o discurso de S. Ex^t. No que S. Ex^t tem razão, estamos aqui para apoiar, mas no que não tem, fazendo até tábula rasa do problema do petróleo, e que avassala o mundo inteiro, que cria problemas às economias mais pujantes, é qualquer coisa que não podemos aceitar. Não sou nenhum Pangloss para dizer que vivemos no melhor dos mundos, mas o que o Governo está fazendo para levar esta Nação a seus destinos, é qualquer coisa que ninguém de boa fé poderá negar. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações. (Pausa.)

Através da Mensagem nº 55, de 1979-CN, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 11, de 1979-CN, que dispõe sobre a inscrição de Médicos, Cirurgiões-Dentistas e Farmacêuticos militares em Conselhos Regionais de Medicina, Odontologia e Farmácia, e dá outras providências.

Para a leitura da matéria, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

E lido e deferido o seguinte

Em 5 de junho de 1979.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre as Propostas de Emendas à Constituição nº 10, e 17, de 1979 (CN), que "Alteram os parágrafos 1º e 2º do artigo 102 da Constituição Federal, que dispõe sobre os proventos da inatividade", solicito a Vossa Excelência a prorrogação por mais 30 (trinta) dias do prazo concedido a este Órgão para apresentação do parecer, que se encerra no dia 6 de junho do corrente.

Outrossim, esclareço, que tal pedido se justifica pela importância da matéria, objeto de estudo, e que está a exigir do Senhor Relator, Deputado Ricardo Fiúza, um prazo mais dilatado para elaboração do parecer.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e elevada consideração. — Deputado Alceu Collares, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1979-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 34, de 1979-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.671, de 14 de fevereiro de 1979, que reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Órgãos Auxiliares da Justiça de Primeira Instância do Distrito Federal e dos Territórios.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 1979-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 43, de 1979-CN, com voto em separado do Senhor Deputado Adhemar Santillo), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.670, de 14 de fevereiro de 1979, que reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo oradores, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 1979-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 44, de 1979-CN, com voto em separado do Senhor Deputado Pedro Ivo), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.673, de 19 de fevereiro de 1979, que reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias dos Tribunais do Trabalho, e dá outras providências.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar da palavra, declaro-a encerrada.

Em votação.

Tem a palavra o nobre Deputado Cantídio Sampaio.

O SR. CANTÍDIO SAMPAIO (ARENA — SP) — Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

É evidente que a ARENA votará, como votou, favoravelmente ao projeto. Mas, nós nos dispomos a uma breve manifestação, porque existem aqui votos em separado do MDB. E eu faço questão de, na ausência da Liderança do MDB na discussão e votação destes três projetos, assinalar que talvez o Partido não votasse favoravelmente a essas mensagens, de acordo com a nova norma que, há questão de alguns meses, passou a adotar.

O MDB, que durante mais de dez anos aceitou tranquilamente, pacificamente, submissamente, a votação de todos os decretos-leis, agora faz questão de registrar o seu tardio, seródio protesto, através desses votos em separado nos pareceres elaborados pela Comissão Mista.

Apenas porque sempre a Liderança do MDB faz este registro, e hoje não está aqui, por uma questão de cavalheirismo e até de simpática cooperação, a Liderança da ARENA faz este registro pelo partido da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Em votação o projeto.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permanecem como se acham. (Pausa.)

Os projetos de decreto legislativo que vêm de ser aprovados pelas duas Casas do Congresso Nacional, dispensada a redação final, nos termos regimentais, vão à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 45 minutos.)

REFORMA DO SISTEMA DE PENAS

Lei nº 6.416, de 24-5-77

ANTECEDENTES E HISTÓRICO

**QUADRO
COMPARATIVO**

{ **Lei nº 6.416/77**
Código Penal
Código de Processo Penal
Lei das Contravenções Penais

"Revista de Informação Legislativa"
nº 54 — 328 páginas

Preço: Cr\$ 30,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00